

Baseado no formato de prova  
aplicado pela banca Cebraspe

CONCURSO PÚBLICO  
4º SIMULADO

## TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ

SIMULADO PREPARATÓRIO  
PARA CONCURSO PÚBLICO

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1** Ao receber este caderno de prova, confira inicialmente se os dados transcritos acima estão corretos e se estão corretamente registrados na sua **Folha de Respostas**. Confira também os dados em cada página numerada deste caderno de prova (desconsidere estas instruções, caso se trate de caderno de prova reserva). Em seguida, verifique se ele contém a quantidade de questões indicada em sua **Folha de Respostas**, correspondentes à prova preambular. Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito e(ou) apresente divergência quanto aos dados apresentados, solicite, de imediato, ao(à) aplicador(a) de provas mais próximo(a) que tome as providências necessárias.
- 2** Durante a realização da prova, não se comunique com outros(as) candidatos(as) nem se levante sem autorização de um(a) dos(as) aplicadores(as) de provas.
- 3** Na duração da prova, está incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer da prova — e ao preenchimento da **Folha de Respostas**.
- 4** Ao terminar a prova, chame o(a) aplicador(a) de provas mais próximo(a), devolva-lhe a sua **Folha de Respostas** e deixe o local de provas.
- 5** Nenhuma folha deste caderno pode ser destacada, exceto a **Folha de Respostas**, cujo cabeçalho será destacado pelo(a) chefe de sala ao final da prova, para fins de desidentificação.
- 6** A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno ou na **Folha de Respostas** implicará a anulação da sua prova.

### OBSERVAÇÕES

- Não serão conhecidos recursos em desacordo com o estabelecido em edital.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

GRAN

VOCÊ É IMPARÁVEL!



## FOLHA DE ROSTO ORIENTATIVA PARA PROVA OBJETIVA

LEIA AS ORIENTAÇÕES COM CALMA E ATENÇÃO!

### INSTRUÇÕES GERAIS

- Atenção ao tempo de duração da prova, que já inclui o preenchimento da folha de respostas.
- Cada uma das questões da prova objetiva está vinculada ao comando que imediatamente a antecede e contém orientação necessária para resposta. Para cada questão, existe apenas UMA resposta válida e de acordo com o gabarito.
- Faltando uma hora para o término do simulado, você receberá um *e-mail* para preencher o cartão-resposta, a fim de avaliar sua posição no *ranking*. Basta clicar no botão vermelho de PREENCHER GABARITO, que estará no *e-mail*, ou acessar a página de *download* da prova. Você deve fazer o cadastro em nossa plataforma para participar do *ranking*. Não se preocupe: o cadastro é grátis e muito simples de ser realizado.
  - **Se a sua prova for estilo Certo ou Errado (CESPE/CEBRASPE):**  
marque o campo designado com o código C, caso julgue o item CERTO; ou o campo designado com o código E, caso julgue o item ERRADO. Se optar por não responder a uma determinada questão, marque o campo “EM BRANCO”. Lembrando que, neste estilo de banca, uma resposta errada anula uma resposta certa.  
Obs.: Se não houver sinalização quanto à prova ser estilo Cespe/Cebraspe, apesar de ser no estilo CERTO e ERRADO, você não terá questões anuladas no cartão-resposta em caso de respostas erradas.
  - **Se a sua prova for estilo Múltipla Escolha:**  
marque o campo designado com a letra da alternativa escolhida (A, B, C, D ou E). É preciso responder a todas as questões, pois o sistema não permite o envio do cartão com respostas em branco.
- Uma hora após o encerramento do prazo para preencher o cartão-resposta, você receberá um *e-mail* com o gabarito para conferir seus acertos e erros. Caso você seja aluno da Assinatura Ilimitada, você receberá, com o gabarito, a prova completa comentada – uma vantagem exclusiva para assinantes, com acesso apenas pelo *e-mail* e pelo ambiente do aluno.
- Não serão realizadas correções individuais das provas discursivas.

Em caso de solicitação de recurso para alguma questão, envie para o *e-mail*:

[treinodificil\\_jogofacil@grancursosonline.com.br](mailto:treinodificil_jogofacil@grancursosonline.com.br).

Nossa ouvidoria terá até dois dias úteis para responder à solicitação.

Desejamos uma excelente prova!



DIRETORIA DE PRODUÇÃO EDUCACIONAL  
PRODUÇÃO DE MATERIAIS DIVERSOS

**FICHA TÉCNICA DO MATERIAL**

grancursosonline.com.br

**CÓDIGO:**

2432023303

**TIPO DE MATERIAL:**

Simulado Preparatório

**NUMERAÇÃO:**

4º Simulado

**NOME DO ÓRGÃO:**

Tribunal de Justiça do Estado do Ceará  
TJ CE

**CARGO:**

Técnico Judiciário – Área Judiciária

**MODELO/BANCA:**

Cebraspe

**EDITAL:**

Pós-Edital

**ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO:**

3/2023

**TJ CE – 4º SIMULADO – TÉCNICO JUDICIÁRIO –  
ÁREA JUDICIÁRIA (PÓS-EDITAL)****CONHECIMENTOS GERAIS****Língua Portuguesa**

Lucas Lemos

**Relacionamento com o dinheiro**

1 Desde cedo, começamos a lidar com uma série de situações ligadas ao dinheiro. Para tirar melhor proveito do seu dinheiro, é muito importante saber como utilizá-lo da forma mais favorável a você. O aprendizado e a aplicação de conhecimentos práticos de educação financeira podem contribuir para melhorar a gestão de nossas finanças pessoais, tornando nossas vidas mais tranquilas e equilibradas sob o ponto de vista financeiro.

10 Se pararmos para pensar, estamos sujeitos a um mundo financeiro muito mais complexo que o das gerações anteriores. No entanto, o nível de educação financeira da população não acompanhou esse aumento de complexidade. A ausência de educação financeira, aliada à facilidade de acesso ao crédito, tem levado muitas pessoas ao endividamento excessivo, privando-as de parte de sua renda em função do pagamento de prestações mensais que reduzem suas capacidades de consumir produtos que lhes trariam satisfação.

15 Infelizmente, não faz parte do cotidiano da maioria das pessoas buscar informações que as auxiliem na gestão de suas finanças. Para agravar essa situação, não há uma cultura coletiva, ou seja, uma preocupação da sociedade organizada em torno do tema. Nas escolas, pouco ou nada é falado sobre o assunto. As empresas, não compreendendo a importância de ter seus funcionários alfabetizados financeiramente, também não investem nessa área. Similar problema é encontrado nas famílias, nas quais não há o hábito de reunir os membros para discutir e elaborar um orçamento familiar. Igualmente entre os amigos, assuntos ligados à gestão financeira pessoal muitas vezes são considerados invasão de privacidade e pouco se conversa em torno do tema. Enfim, embora todos lidem diariamente com dinheiro, poucos se dedicam a gerir melhor seus recursos.

A educação financeira pode trazer diversos benefícios, entre os quais, possibilitar o equilíbrio das finanças pessoais, preparar para o enfrentamento de imprevistos financeiros e para a aposentadoria, qualificar para o bom uso do sistema financeiro, reduzir a possibilidade de o indivíduo cair em fraudes, preparar o caminho para a realização de sonhos, enfim, tornar a vida melhor.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Caderno de Educação Financeira – Gestão de Finanças Pessoais**. Brasília: BCB, 2013. p. 12. Adaptado.

**Questão 1**

Indique a alternativa que indica o assunto central do texto.

- A Orientar a cuidar do dinheiro de forma correta.
- B Alertar sobre a importância da educação financeira.
- C Prevenir acerca dos perigos do acesso facilitado ao crédito.
- D Ensinar sobre mundo financeiro atual.
- E Sugerir a incorporação do hábito de elaborar orçamento familiar.

**Questão 2**

Quanto à tipologia do texto, ele é classificado como:

- A argumentativo, já que defende a ideia da importância de saber lidar com o dinheiro.
- B expositivo, pois informa sobre conceitos da área de educação financeira.
- C narrativo, uma vez que conta a história da gestão financeira entre amigos.
- D injuntivo, pois tem o objetivo de instruir sobre gestão financeira.
- E descritivo, porque caracteriza a cena de elaboração de orçamento financeiro.

**Questão 3**

Em “**Para** tirar melhor proveito do seu dinheiro” (l. 2-3), a palavra em destaque poderia ser substituída adequadamente por

- A por.
- B a fim de.
- C ademais.
- D além de.
- E até.

**Questão 4**

A relação semântica estabelecida em “embora todos lidem diariamente com dinheiro, poucos se dedicam a gerir melhor seus recursos” (l. 30-32) é a de

- Ⓐ finalidade.
- Ⓑ causa.
- Ⓒ proporção.
- Ⓓ concessão.
- Ⓔ consecução.

**Questão 5**

Em “Se pararmos para pensar, estamos sujeitos a um mundo financeiro muito mais complexo que o das gerações anteriores” (l. 9-11), a vírgula foi empregada para:

- Ⓐ marcar uma enumeração.
- Ⓑ deslocar um adjunto adverbial.
- Ⓒ isolar um aposto.
- Ⓓ indicar um vocativo.
- Ⓔ iniciar a citação de outra voz.

**Questão 6**

Em “não há uma cultura coletiva” (l. 20-21), o sujeito da forma verbal destacada é conhecido como

- Ⓐ sujeito indeterminado.
- Ⓑ sujeito inexistente.
- Ⓒ sujeito simples.
- Ⓓ sujeito composto
- Ⓔ sujeito elíptico.

**Questão 7**

Em “A ausência de educação financeira, (...), tem levado muitas pessoas ao endividamento excessivo” (l. 12-14), a construção verbal “tem levado” indica um tempo:

- Ⓐ presente
- Ⓑ pretérito perfeito
- Ⓒ pretérito imperfeito
- Ⓓ pretérito mais-que-perfeito
- Ⓔ futuro do presente

**Questão 8**

O emprego do sinal indicativo de crase, no “a” em “estamos sujeitos a um mundo financeiro muito mais complexo que o das gerações anteriores” (l. 9-11), é

- Ⓐ proibido, visto que o vocábulo “um” é um artigo indefinido.
- Ⓑ facultativo, devido à regência de “sujeitos”.
- Ⓒ obrigatório, e deveria ocorrer na sentença.
- Ⓓ proibido, já que “um” é um artigo definido.
- Ⓔ proibido, uma vez que a forma verbal “sujeitos” não exige preposição.

**Questão 9**

Em “**As empresas**, não compreendendo a importância de ter seus funcionários alfabetizados financeiramente, também não investem nessa área” (l. 23-25), caso o termo destacado seja substituído por **Boa parte das empresas**, de acordo com o que prescreve a norma-padrão acerca da concordância verbal, a forma verbal “investem”:

- Ⓐ deveria obrigatoriamente permanecer na terceira pessoa do singular.
- Ⓑ deveria obrigatoriamente passar para a terceira pessoa do plural.
- Ⓒ poderia tanto permanecer na terceira pessoa do singular quanto passar para a terceira pessoa do plural.
- Ⓓ não poderia passar para a terceira pessoa do plural.
- Ⓔ não poderia passar para a terceira pessoa do singular.

**Questão 10**

As palavras são acentuadas pela mesma regra de acentuação gráfica, exceto:

- Ⓐ práticos
- Ⓑ biógrafos
- Ⓒ crédito
- Ⓓ benefícios
- Ⓔ hábito

## Noções de Informática

Maurício Franceschini

### Questão 11

Em relação aos conceitos do sistema operacional Windows 10 e suas funcionalidades, analise os itens abaixo.






- I – Ao se manter pressionada a tecla SHIFT e clicar com o botão direito do mouse sobre um arquivo e, em seguida, clicar em Excluir, o arquivo em questão será excluído permanentemente.
- II – Ao se clicar com o botão esquerdo do mouse sobre um arquivo da pasta Documentos de um usuário e arrastá-lo para a Área de Trabalho, tal arquivo será copiado para o local de destino.
- III – Ao se clicar com o botão direito do mouse sobre o ícone de um arquivo que já está aberto e clicar em Renomear e, após isso, inserir um novo nome e pressionar a tecla Enter, tal arquivo será renomeado com o novo nome.

Assinale se estiver(em) correto(s) apenas:

- A I e II.
- B II e III.
- C I e III.
- D I.
- E II.

### Questão 12

Com relação ao editor de textos MS Word 365, assinale a alternativa que oferece uma correta afirmação a respeito do botão correspondente.

- A  – Aumenta o recuo do parágrafo.
- B  – Insere uma tabela ao documento.
- C  – Insere uma caixa de texto ao documento.
- D  – Aplica borda inferior ao parágrafo ou célula de uma tabela.
- E  – Aplica maiúsculo ao texto selecionado.

### Questão 13

Um servidor do TJ-CE, usuário do MS Excel, possui uma planilha, na qual deseja aplicar a formatação de porcentagem a uma célula com valor 50. Ao clicar no botão %, a célula em questão, a qual encontra-se selecionada, passará a apresentar o valor:

- A 500%
- B 0,5%
- C 5%
- D 5000%
- E 50%

### Questão 14

Uma pequena empresa, instalada em uma edificação de três andares, precisa de uma rede que conecta todos os andares entre si, para que acessem o servidor que está no térreo. Nesse caso, a melhor solução de rede para que tais andares sejam conectados entre si, sem que haja um congestionamento nem perda de sinal de transmissão e de modo que a rede seja eficiente, é preciso fazer uso de:

- A vários pontos de acesso Wi-Fi.
- B um backbone local que interligue todos os andares.
- C um firewall.
- D um switch para cada andar, sem necessidade de estar interligado com os demais andares.
- E duas placas de rede em cada computador.

### Questão 15

Assinale abaixo a correta definição das ameaças à segurança da informação apresentadas.

- A Sniffing – um atacante envia um e-mail ou mensagem de texto que se parece com uma comunicação legítima de uma empresa confiável, como um banco, uma empresa de comércio eletrônico ou um serviço de e-mail, para enganar a vítima a fornecer suas informações pessoais.
- B Smishing – direciona o tráfego de um usuário da Internet para um site falso, mesmo que o usuário digite o endereço correto do site na barra de endereço do navegador.
- C Spoofing – ataque cibernético em que um invasor engana um sistema ou um usuário fazendo-se passar por outra pessoa, máquina ou entidade confiável, a fim de obter informações ou acesso não autorizado.
- D Pharming – técnica de interceptação de dados que envolve a captura e análise do tráfego de rede para obter informações confidenciais, como senhas, nomes de usuário e outros dados sensíveis.
- E Phishing – usa mensagens de texto, que muitas vezes incluem links maliciosos ou números de telefone para coletar informações da vítima ou instalar malware em seus dispositivos.

**Raciocínio Lógico**

Diego Ribeiro

**Questão 16**

Considere a seguinte proposição.

P: Como estudou muito e teve foco, o candidato foi aprovado e realizou um sonho.

Assinale a opção que apresenta uma equivalência da proposição P.

- Ⓐ O candidato estudou muito, teve foco, foi aprovado ou realizou um sonho.
- Ⓑ Se candidato estudou muito ou teve foco, então foi aprovado ou realizou um sonho.
- Ⓒ O candidato estudou muito e teve foco ou foi aprovado e realizou um sonho.
- Ⓓ Se o candidato estudou muito e teve foco, então foi aprovado e realizou um sonho.
- Ⓔ O candidato estudou muito, teve foco, foi aprovado e realizou um sonho.

**Questão 17**

Considere a seguinte proposição:

P: Como estudou muito e teve foco, o candidato foi aprovado ou realizou um sonho.

Assinale a opção que apresenta a negação da proposição P.

- Ⓐ O candidato não estudou muito, teve foco, foi aprovado ou realizou um sonho.
- Ⓑ Como o candidato não estudou muito e não teve foco, então não foi aprovado nem realizou um sonho.
- Ⓒ O candidato estudou muito, teve foco e não foi aprovado e não realizou um sonho.
- Ⓓ Se o candidato estudou muito e teve foco, então foi aprovado e realizou um sonho.
- Ⓔ O candidato estudou muito, teve foco e não foi aprovado nem realizou um sonho.

**Questão 18**

Considere a seguinte proposição.

P: Se Ana é médica, então é feliz ou Ana é médica e não é feliz.

A proposição P é um(a):

- Ⓐ paradoxo.
- Ⓑ contradição.
- Ⓒ tautologia.
- Ⓓ sentença aberta.
- Ⓔ contingência.

**Questão 19**

Três veículos estacionam em três das cinco vagas de um estacionamento. Sabe-se que os veículos estão em vagas vizinhas. O número de maneiras diferentes em que os veículos podem estar dispostos nesse estacionamento é igual a:

- Ⓐ 3.
- Ⓑ 6.
- Ⓒ 8.
- Ⓓ 12.
- Ⓔ 18.

**Questão 20**

Sejam os conjuntos não finitos  $A = \{0,1,2,3,5,6,9\}$ ,  $B = \{1,2,4,6,7,8,9\}$  e  $C = \{1,2,4,6,8,9\}$ , então o conjunto que representa a solução da operação  $[(A \cup C) - B]$  é igual a:

- Ⓐ  $\{0\}$
- Ⓑ  $\{0,1,3\}$
- Ⓒ  $\{0,1,5\}$
- Ⓓ  $\{1,3,5\}$
- Ⓔ  $\{0,3,5\}$

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

**Noções de Direito Constitucional**

Rafael de Oliveira

**Questão 21**

A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios, exceto:

- Ⓐ defesa da paz.
- Ⓑ solução pacífica dos conflitos.
- Ⓒ repúdio ao terrorismo e ao racismo.
- Ⓓ cooperação entre os povos para o progresso da humanidade.
- Ⓔ concessão de asilo humanitário.

**Questão 22**

São características das normas de eficácia plena:

- I** – Autoaplicáveis: com a entrada em vigor da constituição, as normas de eficácia plena não precisam que seja editada uma lei regulamentando o alcance e o sentido de seus efeitos, pois estes são produzidos de imediato;
  - II** – Não restringíveis: caso haja a criação de uma lei que trate de norma de eficácia plena, os efeitos dessa não podem ser limitados;
  - III** – Possuem aplicabilidade direta, imediata e ilimitada: ou seja, não precisam que uma norma seja criada para regular seus efeitos; produzem efeitos a partir da promulgação da constituição; e não podem ter seus efeitos limitados ou restringidos.
- A** Somente o item I está correto.
  - B** Somente os itens I e III estão corretos.
  - C** Todos os itens estão corretos.
  - D** Nenhum está correto.
  - E** Somente o item III está correto.

**Questão 23**

Art. 5º. [...] XIII – é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer;

Estamos diante de uma norma de eficácia:

- A** plena.
- B** contida.
- C** limitada.
- D** prospectiva.
- E** ilimitada.

**Questão 24**

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes, exceto:

- A** É violável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal.
- B** É livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer.
- C** É assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional.
- D** É livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens.
- E** Todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente.

**Questão 25**

É livre a associação profissional ou sindical. Assinale a alternativa que não contempla uma possibilidade prevista na CF/1988.

- A** A lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical.
- B** É permitida a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um Município.
- C** Ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas.
- D** A assembleia geral fixará a contribuição que, em se tratando de categoria profissional, será descontada em folha, para custeio do sistema confederativo da representação sindical respectiva, independentemente da contribuição prevista em lei.
- E** Ninguém será obrigado a filiar-se ou a manter-se filiado a sindicato.

**Questão 26**

São condições de elegibilidade, na forma da lei, determinadas idades. Assinale a alternativa que não corresponde a uma possibilidade.

- Ⓐ Trinta e cinco anos para Presidente e Vice-Presidente da República.
- Ⓑ Trinta anos para Governador e Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal.
- Ⓒ Vinte e um anos para Deputado Federal, Deputado Estadual ou Distrital, Prefeito, Vice-Prefeito e juiz de paz.
- Ⓓ Dezoito anos para Vereador.
- Ⓔ Vinte e cinco anos para Senador.

**Questão 27**

Sobre a administração pública, assinale a alternativa correta.

- I – Os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.
  - II – A lei estabelecerá os prazos de prescrição para ilícitos praticados por qualquer agente, servidor ou não, que causem prejuízos ao erário, ressalvadas as respectivas ações de ressarcimento.
  - III – As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, vedado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.
- Ⓐ Somente o item I está correto.
  - Ⓑ Somente os itens I e II estão corretos.
  - Ⓒ Todos os itens estão corretos.
  - Ⓓ Nenhum item está correto.
  - Ⓔ Somente o item III está correto.

**Questão 28**

Ao servidor público da administração direta, autárquica e fundacional, no exercício de mandato eletivo, aplicam-se as seguintes disposições, exceto:

- Ⓐ tratando-se de mandato eletivo federal, estadual ou distrital, ficará afastado de seu cargo, emprego ou função.
- Ⓑ investido no mandato de Prefeito, será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração.
- Ⓒ investido no mandato de Vereador, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo, e, não havendo compatibilidade, será aplicada a norma do inciso anterior.
- Ⓓ em qualquer caso que exija o afastamento para o exercício de mandato eletivo, seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, inclusive para promoção por merecimento.
- Ⓔ na hipótese de ser segurado de regime próprio de previdência social, permanecerá filiado a esse regime, no ente federativo de origem.

**Questão 29**

Sobre o Congresso Nacional na Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

- I – O Poder Legislativo é exercido pelo Congresso Nacional, que se compõe da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.
  - II – Cada sessão legislativa terá a duração de quatro anos.
  - III – A Câmara dos Deputados compõe-se de representantes do povo, eleitos, pelo sistema proporcional, em cada Estado, em cada Território e no Distrito Federal.
- Ⓐ Somente o item I está correto.
  - Ⓑ Somente os itens I e III estão corretos.
  - Ⓒ Todos os itens estão corretos.
  - Ⓓ Nenhum item está correto.
  - Ⓔ Somente o item III está correto.

**Questão 30**

Assinale a alternativa incorreta referente ao Senado Federal.

- Ⓐ O Senado Federal compõe-se de representantes dos Estados e do Distrito Federal, eleitos segundo o princípio majoritário.
- Ⓑ Cada Estado e o Distrito Federal elegerão três Senadores, com mandato de oito anos.
- Ⓒ A representação de cada Estado e do Distrito Federal será renovada de dois em dois anos, alternadamente, por um e dois terços.
- Ⓓ Cada Senador será eleito com dois suplentes.
- Ⓔ Salvo disposição constitucional em contrário, as deliberações de cada Casa e de suas Comissões serão tomadas por maioria dos votos, presente a maioria absoluta de seus membros.

**Noções de Direito Administrativo**

Raphael Spyere

**Questão 31**

**Situação hipotética:** O município de Fortaleza, no Ceará, criou uma sociedade de economia com o objetivo de gerenciar o trânsito local. Para tanto, por meio de lei, entregou à referida entidade poder de polícia administrativa compreendendo, inclusive, a prerrogativa pública de aplicar multa àqueles que violarem as regras dispostas no Código de Trânsito Nacional. À luz da situação hipotética narrada e do entendimento jurisprudencial defendido pelo Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que:

- Ⓐ é constitucional a delegação do poder de polícia à sociedade de economia mista criada para o exercício exclusivo de serviços públicos próprios do Estado.
- Ⓑ a extensão de regras do regime de direito público a uma sociedade de economia mista não é admitida.
- Ⓒ mesmo tendo sido criada para a prestação de serviços públicos em regime não concorrencial, é proibida a atuação de empresas estatais na órbita de competências do poder de polícia administrativa.
- Ⓓ o exercício do poder de polícia por entidades de direito privado da Administração indireta só é legítimo se limitado aos atos de consentimento e fiscalização.
- Ⓔ dentre as entidades da Administração Indireta, somente as de natureza autárquica poderão exercer o poder de polícia, porque revestidas de personalidade de direito público.

**Questão 32**

Segundo a CF/1988, art. 37, § 6º, ao Estado é dado o exercício do direito de regresso em desfavor do agente pelos danos que este tenha causado a terceiros. Tomando como referência o exercício do direito de regresso pela Fazenda Pública à luz do referido dispositivo constitucional e a interpretação jurisprudencial acerca dele, é certo afirmar que:

- Ⓐ eventual ação de regresso promovida por uma autarquia contra seu servidor não se sujeita ao prazo de prescrição.
- Ⓑ apesar da supremacia do interesse público respaldar uma série de prerrogativas em favor das pessoas jurídicas de direito público, as ações de reparação de danos à Fazenda se sujeitam às regras de prescrição.
- Ⓒ o exercício do direito de regresso pelo Poder Público não depende da demonstração de dolo ou culpa do agente na ocasião do *eventos damini*.
- Ⓓ o direito de regresso será exercido contra o agente por danos causados a terceiro ou diretamente à Fazenda.
- Ⓔ em caso de morte do agente, a responsabilidade civil pelos danos deverá ser suportada pelo patrimônio dos respectivos herdeiros.

**Questão 33**

**Situação hipotética:** Os servidores públicos da Secretaria da Fazenda de um estado da federação decidiram iniciar greve com escopo de reivindicar o pagamento de salários atrasados pela Fazenda Pública. Tendo como premissa o caso concreto apresentado e a jurisprudência perfilhada pelo Supremo Tribunal Federal, é certo que:

- Ⓐ a greve se manifesta de forma ilegal, na medida em que a Constituição condiciona seu exercício à regulamentação de limites previstos em lei, o que não ocorreu até então.
- Ⓑ a Administração deverá proceder ao desconto da remuneração proporcional aos dias da paralisação sem a possibilidade de compensação do período.
- Ⓒ a Administração deverá proceder ao desconto da remuneração proporcional aos dias da paralisação, ressalvada a possibilidade de compensação do período.
- Ⓓ somente os servidores públicos que houverem vencido o período de estágio probatório poderão aderir à greve, sob pena, do contrário, de responderem com exoneração.
- Ⓔ eventual desconto da remuneração pelo período de paralisação é ilegal, tendo em vista que a greve foi causada por conduta negativa da Fazenda Pública.

**Questão 34**

Julgue as assertivas a seguir.

- I – Para não haver ofensa à separação dos poderes, o controle externo pelo Legislativo e Judiciário deve se limitar aos casos e condições expressamente previstas na CF/1988.
- II – Como tem íntima relação com o primado da separação dos poderes estatais, o mérito administrativo em si mesmo considerado não poderá sofrer controle judicial, exceto no tocante aos limites de seu exercício.
- III – Como consequência do princípio da inafastabilidade da jurisdição, é juridicamente possível questionar os atos administrativos por meio de ação judicial, apesar da presunção de legitimidade de que se revestem.
- IV – O Congresso Nacional tem competência privativa para sustar atos normativos do Executivo e do Judiciário, quando exorbitem do poder regulamentar.

Assinale a alternativa que retrata as assertivas corretas.

- Ⓐ Somente I e II.
- Ⓑ Somente I e III.
- Ⓒ Somente II e III.
- Ⓓ Somente I, II e III.
- Ⓔ I, II, III e IV.

**Questão 35**

São atributos dos atos administrativos:

- A autoexecutoriedade e imperatividade.
- B presunção de legitimidade e finalidade.
- C autoexecutoriedade e forma.
- D legalidade e motivação.
- E veracidade e indeclinabilidade.

**Questão 36**

**Situação hipotética:** Interessado em comprar impressoras e outros equipamentos de informática, o Ministério da Cultura instaurou um pregão eletrônico de maior desconto para registrar preços em ata. Uma vez que tomaram ciência da instauração do referido procedimento, os Ministérios da Educação e da Previdência Social se manifestaram interessados em aderir à respectiva ata, tendo participado dos procedimentos iniciais do certame. Diante da situação retratada e aplicando-se as normas da Lei n. 14.133/2021 – Lei Geral de Contratações Públicas, é correto afirmar que:

- A o procedimento administrativo que tem por objeto a consignação de preços em ata é denominado sistema de registro de preços e não é modalidade de licitação.
- B ao Ministério da Cultura, enquanto órgão participante, cumpre a condução do procedimento para registro de preços e o gerenciamento da ata que dele resulta.
- C se o Ministério da Justiça não tiver participado dos procedimentos iniciais do pregão para registro de preços, não poderá se beneficiar da respectiva ata.
- D o prazo de vigência da ata de registro de preços será, no máximo, de 1 (um) ano.
- E a Administração não poderá contratar a execução de obras pelo sistema de registro de preços.

**Questão 37**

A divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, consoante a Lei n. 14.133/2021 – Lei Geral de Contratações Públicas, é condição indispensável para a eficácia do contrato e de seus aditamentos. O prazo para que ocorra a divulgação, contado da data da assinatura do contrato ou de seus aditivos, será de:

- A 10 dias úteis, em caso de licitação, e 5 dias úteis, em caso de contratação direta.
- B 15 dias úteis, em caso de licitação, e 10 dias úteis, em caso de contratação direta.
- C 10 dias úteis, em caso de licitação, e 20 dias úteis, em caso de contratação direta.
- D 20 dias, em caso de licitação, e 10 dias, em caso de contratação direta.
- E 20 dias úteis, em caso de licitação, e 10 dias úteis, em caso de contratação direta.

**Questão 38**

No tocante à classificação dos serviços públicos e ao respectivo entendimento jurisprudencial, bem como às normas gerais das concessões e permissões da Lei n. 8.987/1995, assinale a alternativa correta.

- A Não viola o princípio da continuidade dos serviços públicos o corte sem aviso prévio do fornecimento de energia elétrica para fins de manutenção.
- B O serviço de iluminação pública não pode ser remunerado mediante taxa por se tratar de serviço público *uti universi*.
- C É lícito, independentemente de ampla defesa, a interrupção administrativa pela concessionária do serviço de fornecimento de energia elétrica por dívida pretérita decorrente de fraude no medidor.
- D A interrupção do serviço público em face da inadimplência do usuário poderá ocorrer até sexta-feira, mas não no sábado e domingo, nem em feriado ou no dia anterior a ele.
- E As concessionárias de serviços públicos estaduais são obrigadas a oferecer ao consumidor e ao usuário, dentro do mês de vencimento, o mínimo de cinco datas opcionais para escolherem os dias de vencimento de seus débitos.

**Questão 39**

Quanto à teoria geral da revogação dos atos administrativos e a jurisprudência correlata, assinale a alternativa correta.

- A Tratando-se de ato administrativo discricionário, a autorização para ocupação de área pública para uso privativo é revogável diante de vício que a torne ilegal.
- B Assim como a anulação, a revogação de um ato administrativo poderá ocorrer por meio de processo judicial ou administrativo.
- C A revogação de atos administrativos conforme a lei de regência não depende de motivação para ser válida.
- D Os atos administrativos enunciativos e exauridos podem ser objeto de revogação quando constatada a desnecessidade deles.
- E Diferentemente da anulação, a realização da revogação deverá preservar direitos adquiridos.

**Questão 40**

**Situação hipotética:** Mireli, advogada contratada pelo Instituto Nacional de Seguro Social – INSS, em 2010, descumpriu o contrato ajustado ao adotar postura negligente em diversas atuações processuais na condição de representante da referida autarquia. Como consequência disso, causou efetivo e comprovado prejuízo ao erário. Em ação judicial demandada pelo Ministério Público Federal, adveio, em 2012, decisão irrecorrível que julgou procedente o pedido de condenação de Mireli por ato de improbidade administrativa que causou dano ao erário, para aplicação de multa correspondente a duas vezes o salário percebido à época. Considerando o caso concreto narrado e a Lei n. 8.429/1992, com redação alterada pela Lei n. 14.230/2021, assinale a alternativa correta.

- Ⓐ A conduta de Mireli se subsume à tipologia legal de ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário.
- Ⓑ Segundo o Supremo Tribunal Federal, a titularidade da ação judicial de improbidade é reservada exclusivamente ao Ministério Público.
- Ⓒ Mireli não poderá se valer da retroatividade da norma *in bonam partem* para afastar a pena de multa.
- Ⓓ Em caso de morte, o ônus de pagar a multa se estende aos herdeiros de Mireli, no limite do patrimônio herdado.
- Ⓔ A ação de improbidade promovida em desfavor de Mireli tem natureza penal.

**Noções de Direito Processual Civil**

Lídia Marangon

**Questão 41**

Em qual das situações abaixo configura-se o impedimento do juiz?

- Ⓐ Quando o juiz é amigo íntimo ou inimigo de qualquer das partes ou de seus advogados.
- Ⓑ Quando o juiz receber presentes de pessoas que tiverem interesse na causa antes ou depois de iniciado o processo, aconselhar alguma das partes acerca do objeto da causa ou subministrar meios para atender às despesas do litígio.
- Ⓒ Quando o juiz é interessado no julgamento do processo em favor de qualquer das partes.
- Ⓓ Quando qualquer das partes for sua credora ou devedora, de seu cônjuge ou companheiro ou de parentes destes, em linha reta até o terceiro grau, inclusive.
- Ⓔ Quando o juiz for sócio ou membro de direção ou de administração de pessoa jurídica parte no processo.

**Questão 42**

Em qual das situações abaixo configura-se a suspeição do juiz?

- Ⓐ Quando o juiz for herdeiro presuntivo, donatário ou empregador de qualquer das partes.
- Ⓑ Quando o juiz promover ação contra a parte ou seu advogado.
- Ⓒ Quando o juiz for sócio ou membro de direção ou de administração de pessoa jurídica parte no processo.
- Ⓓ Quando o juiz receber presentes de pessoas que tiverem interesse na causa antes ou depois de iniciado o processo, aconselhar alguma das partes acerca do objeto da causa ou subministrar meios para atender às despesas do litígio.
- Ⓔ Quando o juiz conheceu do processo em outro grau de jurisdição, tendo proferido decisão.

**Questão 43**

São condições da ação:

- Ⓐ capacidade e partes.
- Ⓑ suficiência financeira para pagar as custas processuais.
- Ⓒ causa de pedir e partes.
- Ⓓ partes e pedido.
- Ⓔ legitimidade e interesse.

**Questão 44**

Qual das situações abaixo gera a suspensão do processo?

- Ⓐ A morte ou a perda da capacidade processual de qualquer das partes, de seu representante legal ou de seu procurador.
- Ⓑ A admissão da petição inicial.
- Ⓒ O caso fortuito.
- Ⓓ A morte do juiz.
- Ⓔ A arguição de incompetência do juiz.

**Questão 45**

Sobre o valor da causa, assinale a alternativa correta.

- Ⓐ Na ação de cobrança de dívida, o valor da causa será a soma monetariamente corrigida do principal, dos juros de mora vencidos e de outras penalidades, se houver, até a data de propositura da ação.
- Ⓑ Na ação que tiver por objeto a existência, a validade, o cumprimento, a modificação, a resolução, a rescisão ou a rescisão de ato jurídico, o valor da causa será aquele que a parte entender viável.
- Ⓒ Na ação de alimentos, o valor da causa será a soma de 24 (vinte e quatro) prestações mensais pedidas pelo autor.
- Ⓓ Na ação de divisão, de demarcação e de reivindicação, o valor da causa será o valor definido pelo tabelião do cartório do registro de imóveis.
- Ⓔ Na ação em que os pedidos são alternativos, o valor da causa será o de menor valor.

**Questão 46**

Qual das hipóteses abaixo enseja a oposição de embargos de declaração?

- A Dúvida.
- B Má interpretação do direito.
- C Irresignação da parte quanto ao que foi decidido.
- D Obscuridade da decisão.
- E Afronta à legislação infraconstitucional.

**Questão 47**

Qual a finalidade do mandado de segurança?

- A Proteger direito líquido e certo.
- B Proteger o direito à locomoção.
- C Substituir recurso não previsto em lei.
- D Assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registro ou banco de dados de entidades governamentais ou de caráter público.
- E Reformar sentenças nulas.

**Questão 48**

A legitimidade para a reclamação é:

- A do juiz.
- B do relator.
- C apenas da parte interessada.
- D apenas do Ministério Público.
- E da parte interessada e do Ministério Público.

**Questão 49**

São títulos executivos extrajudiciais, exceto:

- A o cheque.
- B o instrumento de transação assinado apenas pelas partes envolvidas.
- C o contrato de seguro de vida em caso de morte.
- D a escritura pública ou outro documento público assinado pelo devedor.
- E a letra de câmbio.

**Questão 50**

Sobre a distribuição e o registro, assinale a alternativa correta.

- A Nem todos os processos estão sujeitos a registro.
- B A distribuição não poderá ser eletrônica, embora o processo possa.
- C Com o processo eletrônico, não há mais distribuição por dependência.
- D A petição inicial deve vir acompanhada de procuração, que conterà os endereços do advogado, eletrônico e não eletrônico.
- E Ao juiz é vedado corrigir de ofício o erro de distribuição.

**Noções de Direito Processual Penal**

Ismael Souto

**Questão 51**

Sobre lei processual no tempo e no espaço, assinale a alternativa correta.

- A A norma procedimental que modifica a pretensão punitiva do Estado deve ser considerada norma de direito processual e é regulada pelo princípio do “tempus regit actum”.
- B A lei processual penal admitirá interpretação extensiva e aplicação analógica, mas não admite o suplemento dos princípios gerais de direito.
- C À lei processual aplica-se o princípio da retroatividade benéfica ao acusado.
- D A norma puramente processual tem eficácia a partir da data de sua vigência, conservando-se os efeitos dos atos já praticados.
- E Ao Código de Processo Penal aplica-se o princípio da territorialidade absoluta.

**Questão 52**

O inquérito policial NÃO é:

- A sigiloso.
- B disponível.
- C escrito.
- D inquisitorial.
- E oficial.

**Questão 53**

Sobre arquivamento do inquérito policial, assinale a alternativa correta.

- A Ordenado o arquivamento do inquérito policial ou de quaisquer elementos informativos da mesma natureza, o órgão do Ministério Público comunicará à vítima, ao investigado e à autoridade policial e encaminhará os autos para a instância de revisão judicial para fins de homologação, na forma da lei.
- B Se a vítima, ou seu representante legal, não concordar com o arquivamento do inquérito policial, poderá, no prazo de 90 dias do recebimento da comunicação, submeter a matéria à revisão da instância competente do órgão ministerial, conforme dispuser a respectiva lei orgânica.
- C Na hipótese de arquivamento indireto, o Ministério Público deixa de oferecer a denúncia por entender que o juízo perante o qual oficia é incompetente.
- D A autoridade policial poderá mandar arquivar os autos do inquérito policial.
- E O arquivamento do inquérito policial por ausência de justa causa para o exercício da ação penal gera coisa julgada formal e material, não sendo admitido seu desarquivamento, mesmo diante de novas provas.

**Questão 54**

Sobre a ação civil *ex delicto*, assinale a alternativa correta.

- Ⓐ A decisão judicial que julgar extinta a punibilidade impedirá a propositura de ação civil.
- Ⓑ Não faz coisa julgada no cível a sentença penal que reconhecer ter sido o ato praticado em excludente de ilicitude.
- Ⓒ Não obstante a sentença absolutória no juízo criminal, a ação civil poderá ser proposta quando não tiver sido, categoricamente, reconhecida a inexistência material do fato.
- Ⓓ O despacho de arquivamento do inquérito ou das peças de informação impedirá a propositura de ação civil.
- Ⓔ A sentença absolutória que decidir que o fato imputado não constitui crime impedirá a propositura de ação civil.

**Questão 55**

Sobre competência no Processo Penal, assinale a alternativa INCORRETA.

- Ⓐ A competência será, de regra, determinada pelo lugar em que se consumar a infração, ou, no caso de tentativa, pelo lugar em que for praticado o último ato de execução.
- Ⓑ Se, iniciada a execução no território nacional, a infração se consumir fora dele, a competência será determinada pelo lugar em que tiver sido praticado, no Brasil, o último ato de execução.
- Ⓒ Quando o último ato de execução for praticado fora do território nacional, será competente o juiz do lugar em que o crime, embora parcialmente, tenha produzido ou devia produzir seu resultado.
- Ⓓ Quando incerto o limite territorial entre duas ou mais jurisdições, ou quando incerta a jurisdição por ter sido a infração consumada ou tentada nas divisas de duas ou mais jurisdições, a competência firmar-se-á pela prevenção.
- Ⓔ Tratando-se de infração continuada ou permanente, praticada em território de duas ou mais jurisdições, a competência firmar-se-á pela prática do último ato de execução.

**Questão 56**

Sobre o instituto da cadeia de custódia, assinale a alternativa correta.

- Ⓐ O acondicionamento refere-se à guarda, em condições adequadas, do material a ser processado, guardado para realização de contraperícia, descartado ou transportado, com vinculação ao número do laudo correspondente.
- Ⓑ O agente público que reconhecer um elemento como de potencial interesse para a produção da prova pericial chamará um perito, que irá preservá-la.
- Ⓒ O início da cadeia de custódia dá-se com a prisão do investigado.
- Ⓓ O lacre rompido deverá ser acondicionado no interior do novo recipiente.
- Ⓔ O exame de corpo de delito e outras perícias serão realizados por dois peritos oficiais, portadores de diploma de curso superior.

**Questão 57**

Sobre as prisões no Processo Penal, assinale a alternativa correta.

- Ⓐ É possível a conversão *ex officio* da prisão em flagrante em preventiva, mesmo nas situações em que não ocorre audiência de custódia.
- Ⓑ A realização da audiência de custódia só é obrigatória nas hipóteses de prisão em flagrante, conforme expresso no Código de Processo Penal.
- Ⓒ A decisão que decretar, substituir ou denegar a prisão preventiva será sempre motivada e fundamentada.
- Ⓓ As condições pessoais favoráveis, se comprovadas, ensejam a concessão de liberdade provisória, mesmo que presentes os requisitos autorizadores da custódia cautelar.
- Ⓔ A citação por edital do acusado constitui fundamento idôneo para decretação da prisão preventiva.

**Questão 58**

Sobre as medidas cautelares no processo penal, o juiz pode substituir a prisão preventiva pela domiciliar nas seguintes hipóteses, EXCETO:

- Ⓐ agente maior de 70 anos.
- Ⓑ agente extremamente debilitado por doença grave.
- Ⓒ gestante.
- Ⓓ mulher com filho de até 12 anos de idade incompletos.
- Ⓔ homem, caso seja o único responsável pelos cuidados do filho de até 12 anos de idade incompletos.

**Questão 59**

Sobre o procedimento do Júri, assinale a alternativa INCORRETA.

- Ⓐ O juiz, ao receber a denúncia ou a queixa, ordenará a citação do acusado para responder a acusação, por escrito, no prazo de 5 (cinco) dias.
- Ⓑ O tribunal do júri julga os crimes dolosos contra a vida, sejam tentados ou consumados.
- Ⓒ O efeito devolutivo da apelação contra decisões do Júri é adstrito aos fundamentos da sua interposição.
- Ⓓ O juiz, fundamentadamente, pronunciará o acusado, se convencido da materialidade do fato e da existência de indícios suficientes de autoria ou de participação.
- Ⓔ Não se pode admitir, em um Estado Democrático de Direito, a pronúncia baseada, exclusivamente, em testemunho indireto (por ouvir dizer) como prova idônea, de per se, para submeter alguém a julgamento pelo Tribunal Popular.

**Questão 60**

Sobre questões incidentes no processo penal, assinale a alternativa INCORRETA.

- Ⓐ Se a decisão sobre a existência da infração depender da solução de controvérsia, que o juiz repute séria e fundada, sobre o estado civil das pessoas, o curso da ação penal ficará suspenso até que no juízo cível seja a controvérsia dirimida por sentença passada em julgado, sem prejuízo, entretanto, da inquirição das testemunhas e de outras provas de natureza urgente.
- Ⓑ Se for o crime de ação pública, o Ministério Público, quando necessário, promoverá a ação civil ou prosseguirá na que tiver sido iniciada, sem a citação dos interessados.
- Ⓒ Se o reconhecimento da existência da infração penal depender de decisão sobre questão diversa da prevista no artigo anterior, da competência do juízo cível, e se neste houver sido proposta ação para resolvê-la, o juiz criminal poderá, desde que essa questão seja de difícil solução e não verse sobre direito cuja prova a lei civil limite, suspender o curso do processo, após a inquirição das testemunhas e realização das outras provas de natureza urgente.
- Ⓓ O juiz marcará o prazo da suspensão, que poderá ser razoavelmente prorrogado, se a demora não for imputável à parte. Expirado o prazo, sem que o juiz cível tenha proferido decisão, o juiz criminal fará prosseguir o processo, retomando sua competência para resolver, de fato e de direito, toda a matéria da acusação ou da defesa.
- Ⓔ A suspensão do curso da ação penal, nos casos dos artigos anteriores, será decretada pelo juiz, de ofício ou a requerimento das partes.

## Discursiva (Direito Processual Penal) + Padrão de Resposta

Wallace França

Sobre o tema interceptação das comunicações telefônicas, discorra sobre sua previsão legal e constitucional. Devem constar na resposta, necessariamente, os tópicos:

1. Dimensão constitucional do direito à intimidade das comunicações;
  2. Possibilidades de interceptação telefônica e diferenciação de captação ambiental;
  3. Prazos e legitimados para concessão e pedido dessas medidas.
-

**RASCUNHO**

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ**  
**4º SIMULADO**  
**TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA (PÓS-EDITAL)**

**FOLHA DE RESPOSTAS**

**Item 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10**  
**Respostas**

**Item 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20**  
**Respostas**

**Item 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30**  
**Respostas**

**Item 31 32 33 34 35 36 37 38 39 40**  
**Respostas**

**Item 41 42 43 44 45 46 47 48 49 50**  
**Respostas**

**Item 51 52 53 54 55 56 57 58 59 60**  
**Respostas**



**O POTENCIAL VOCÊ JÁ TEM.**  
Nós só precisamos te mostrar,  
para juntos correremos  
rumo à sua aprovação.

O programa de **coaching do Gran Cursos Online** é o diferencial na sua preparação.

Com ele, você chega mais longe e mais rápido. Nosso time de Xperts está de prontidão para guiar nossos alunos por caminhos em que o estudo é mais pragmático e organizado e o aprendizado vem de forma mais fácil e segura.



### PERSONALIZAÇÃO

Seu coach irá te apoiar e direcionar pelos longos e difíceis caminhos do estudo. Com técnicas e táticas personalizadas de acordo com suas necessidades, um plano estratégico de estudos será traçado para que você alcance resultados mais rápidos e satisfatórios.



### ACOMPANHAMENTO DE ROTINA

Com planos feitos, resta colocá-los em prática. Com ajuda para gerenciar e desenvolver sua rotina, você consegue ajustar sua jornada diária para que todas as suas necessidades sejam preenchidas ao longo das horas. Principalmente os estudos!



### PERCEPÇÃO DE CAPACIDADES


Onde você é muito bom, em que precisa melhorar, quais são seus limites, onde necessita de mais ajuda. Seu coach terá uma percepção clara de como você funciona e como deverá traçar suas metas e objetivos.



### MOTIVAÇÃO

Uma batalha travada com amigos ao lado é sempre mais fácil de encarar. Conte sempre com apoio, motivação, suporte, dicas, palavras de ânimo e, se precisar, até de puxões de orelha que vão fazer você chegar onde sempre sonhou.

Contato para vendas:

 (61) 99884-6348 | No horário das Seg. a quinta até as 22h e Sex até as 21h.



Quero fazer parte do  
programa granxperts